

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrij.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

# PRESSÃO PARA RECEBIMENTO DE AÇÕES

**Meta 2 da Justiça é paralisar todos os processos em fase final de execução**

A direção sindical convida a categoria, ativos e aposentados, para a reunião de organização de ato na Justiça Federal, quarta-feira, dia 9, pelo pagamento das ações judiciais em execução. A ideia é pressionar ao máximo para cessar as manobras judiciais de retardar o quanto for possível a quitação do que nos é devido por lei.

Vamos organizar uma forte campanha com este objetivo. A nossa mobilização também será contra a PEC que institucionaliza o calote dos precatórios. Portanto, todos à reunião nesta terça-feira, dia 8, às 10h, na subsede sindical no HU - Cidade Universitária.



## Copa Fasubra entra em campo e na quadra

Competição começou na sexta-feira, 4, e termina nesta sexta-feira, 11. *PÁGINA 3*

**Convocação: CIS e SINTUFRJ**

Os servidores que fazem parte do Processo nº 23.079.015.271/2009-63 não podem faltar à reunião de terça-feira, dia 8, às 14h, na subsede sindical no HU.



## DOIS PONTOS

Foto: Cícero Rabello



## Ex-dirigente do SINTUFRJ vai dirigir a Letras

A Chapa 2, Com Todas as Letras, encabeçada pela ex-técnica-administrativa e ex-dirigente do SINTUFRJ, Eleonora Ziller, venceu a disputa para a direção da Faculdade de Letras pelo sistema de voto paritário. A eleição ocorreu nos três dias de paralisação dos técnicos-administrativos: 24, 25 e 26 de novembro.

Duas chapas disputaram o pleito, e a vencedora obteve 65% dos votos da comunidade contra 33% da Chapa 1, Perspectiva, do professor Dau Bastos. O quórum foi alto nos três segmentos, mas os estudantes bateram o recorde de participação: 1.200 votaram (44%). O resultado foi homologado na semana passada e a nova direção tomará posse em janeiro de 2010.

Eleonora atribuiu a expressiva votação na Chapa 2 à vontade de mudanças da comunidade. Ela considerou esta eleição singular, principalmente por dois motivos. O primeiro é porque dividiu a preferência dos técnicos-administrativos – ambas as chapas receberam 49,37% dos votos – e houve uma participação histórica dos estudantes – 44% de comparecimento contra os 20% tradicionais. Outro motivo de comemoração dos vencedores é ter conquistado nas urnas 81% dos votos dos professores.

A nova diretora da Faculdade de Letras foi coordenadora de Educação e Cultura do SINTUFRJ de 2000 a 2002. Por 20 anos atuou na UFRJ como técnica-administrativa, até passar no concurso para professora adjunta da Letras. Segundo Eleonora, “essa disputa foi um exemplo importante para os servidores.”

Foto: Cícero Rabello



## Feira Agroecológica na UFRJ

Produtos fresquinhos e sem agrotóxicos (frutas, legumes, verduras), produzidos por pequenos agricultores do Estado do Rio, foram comercializados na Feira Agroecológica montada no jardim do Restaurante Central, na Cidade Universitária, na quinta-feira, 3. Vamos torcer pela próxima.



## Distâncias entre brancos e negros

A Comissão dos Direitos do Paciente do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho comemorou o Dia da Consciência Negra promovendo na quarta-feira, 25, de novembro, Seminário Raça e Etnia. Técnicas-administrativas e estudantes do curso de Serviço Social abordaram vários pontos dentro do tema.

A assistente social Denise Pires e a coordenadora do Centro Cultural e mestranda em saúde pública, Eliana Gesteira, leram textos de especialistas e apresentaram dados sobre a desigualdade entre negros e brancos.

“O importante nos dados é perceber que com o passar dos anos as desigualdades sociais no Brasil diminuem no total, mas quando as variáveis raciais são comparadas, percebe-se que é mantida uma distância constante entre brancos e negros. Essa constatação serve de argumento para a implementação das políticas afirmativas para os negros”, observou Eliana.



## Escola de Música presenteia o Rio de Janeiro

A Escola de Música da UFRJ, portal da Lapa, presenteou o Centro do Rio de Janeiro com um projeto de iluminação elaborado pela ONG Escola de Samba Mirim Pimpolhos da Grande Rio e desenvolvido pela Cooperativa Spectaculu Produções, do coreógrafo Grigo Cárdia, que destacou a belíssima arquitetura do prédio.

O projeto leve e interativo foi idealizado inicialmente como cenário para o Concerto de Natal que a Escola de Música faria ao ar livre. A iluminação natalina de uma das fachadas mais charmosas do Centro do Rio é parte das atividades de Natal da unidade acadêmica, que inclui o concerto no dia 10 de dezembro na Sala Cecília Meireles, às 18h, com ingressos a R\$ 1 e R\$ 2.

## Economia solidária

Na quinta-feira, dia 10, audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre economia solidária, às 10h, no 6º andar do prédio da Rua Dom Manoel s/nº, Praça XV.

## Previdência pública, privada e aposentadoria

Estes assuntos são o tema da palestra que o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro realiza no dia 10 de dezembro, às 18h30, no auditório da entidade (Avenida Rio Branco, 277, 17º andar – Cinelândia). O palestrante é o advogado Sérgio Pardal Freudenthal, especialista em Direito Previdenciário e Infortunistico e autor de valores livros, entre eles *Aposentadoria Especial*.

## Fórum sobre uso do crack

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Fármacos do Instituto de Ciências Biomédicas organizou para o dia 7 de dezembro um fórum de discussão sobre o uso do crack, com a participação de pessoas de várias áreas da sociedade. O evento começa às 9h30, no auditório da Farmacologia, bloco J, 1º andar.



## Nota de falecimento

Com pesar comunicamos o falecimento do servidor José Benedito Paiva, 76 anos, ocorrido no dia 16 de novembro.



**CATEGORIA**

# Começou a Copa Fasubra Zumbi dos Palmares

**Oito dias de competição, no campo e na quadra, e 410 técnicos-administrativos divididos em dez times disputando troféus**



Na sexta-feira, 4, foi dado o pontapé inicial para a Copa Fasubra Zumbi dos Palmares, em Petrópolis, região serrana do Rio. Participam 480 técnicos-administrativos distribuídos

em mais de 13 equipes de vários sindicatos da base da Fasubra. A Copa vai até o dia 11 de dezembro e será encerrada com grande festa.

Pela manhã foi realizado o

Congresso Técnico para a preparação da tabela do campeonato. À tarde houve a abertura oficial, com a presença da diretoria da Fasubra, coordenação de Esporte e Lazer do SINTUFRJ, comis-

são organizadora e comissão de apoio. Logo após a abertura os jogos foram iniciados.

A Copa será disputada nos campos Cascatinha, Petropolitano e Serrano, do Esporte Clube

Coloral de Petrópolis. A comissão organizadora formada pelo SINTUFRJ, Sintuff, Asunirio e Sintur-RJ espera que este seja mais um dos grandes eventos da área de esportes da Federação.

## Extraquadros dos HUs continuam sem contrato

**Reitor aguarda decisão ministerial e reafirma que sem esses profissionais os HUs fecham**

Porsolicitação da bancada técnico-administrativa, o reitor Aloísio Teixeira fez um histórico para os membros do Conselho Universitário (Consuni), na sessão do Órgão na quinta-feira, 26 de novembro, sobre a situação dos profissionais contratados dos hospitais universitários que há meses trabalham sem contrato. Os representantes dos funcionários solicitaram esclarecimentos também sobre o questionamento da Defensoria Pública da União sobre o uso do Enem no vestibular da UFRJ.

Teixeira sugeriu a inclusão dos temas para discussão na sessão seguinte do Consuni. Mas a pauta extensa no dia 3 acabou não concluída e o tema ficou para o dia 10.

Segundo explicou o reitor, a história dos extraquadros começou no início dos anos 90 com a necessidade de a UFRJ contratar profissionais de saúde (médicos, enfermeiros etc.) através das fundações de apoio. Mas como esse tipo de contrato foi proibido de ser feito no serviço público, os trabalhadores passaram a ser contratados via cooperativas.

Mas os Ministérios Públicos do Trabalho e Federal também entenderam que a contratação de pessoal no serviço público por cooperativa ia contra a legislação trabalhista. E no fim do ano passado a UFRJ foi obrigada a assinar um termo de ajuste de conduta e a desfazer todos os contratos com as cooperativas.

**Situação atual**

Ao todo são 1.300 profissionais na UFRJ sem contrato de trabalho



**EXTRAQUADROS DO HU** lutam por contrato desde janeiro. Esta foi uma das últimas manifestações em frente ao hospital

e todos necessários aos hospitais universitários. Segundo o reitor, parte deles estão em atividades que podem ser terceirizadas (como limpeza) e esse conjunto está sendo alvo de licitação, o que deve ocorrer no início de dezembro. Ou seja, a universidade continuará a utilizar essa mão de obra por intermédio de firmas.

Os 751 profissionais restantes são “não terceirizáveis”: trabalhadores de áreas-fim e 200 deles de áreas-meio. “Nós estamos tentando no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a permanência desses trabalhadores na UFRJ

através de contratos temporários”, explicou Aloísio Teixeira. Mas, segundo ele, o MEC acabou “pegando carona” na luta da UFRJ e iniciou negociação com o ministério para tentar resolver o problema dos HUs das demais Ifes também.

O reitor informou que o governo chegou a oferecer sete mil vagas para contratação temporária através de processo seletivo simplificado. Mas o ministro do MPOG vetou. “Como enfatizamos, a situação na UFRJ é diferente de outros hospitais. Redobramos esforços de negociação com o MPOG para resolver nosso

problema”, disse.

Desde fevereiro, a UFRJ mantém os extraquadros dos HUs com recursos de custeio. Segundo o reitor, poderia se chegar ao final de 2009 com o orçamento equilibrado, mas as como a universidade teve despesas da ordem de R\$ 29 milhões a mais, o orçamento de custeio “simplesmente acabou”.

A folha de outubro dos extraquadros foi alocada na unidade orçamentária Complexo Hospitalar e esses profissionais foram pagos com recursos do SUS. Aloísio Teixeira acredita que essa situação se

repetirá, caso não haja reforço orçamentário.

Com isso, os HUs que haviam se desonerado desta despesa poderão voltar a ter problemas com insumos, o que pode gerar uma nova crise. Segundo o reitor, a alternativa é dispensar os extraquadros e fechar os hospitais.

“Esse quadro foi colocado com toda clareza para o MPOG”, disse ele, para mostrar que a situação na UFRJ é diferente e por isso há necessidade de uma solução independente da de outros hospitais universitários.





# Ações do FGTS

**O** SINTUFRJ ainda mantém em aberto o prazo para recebimento dos documentos dos interessados em ajuizar ação judicial referente aos expurgos do FGTS.

Todos os beneficiários da ação da 29ª Vara e das novas ações que foram ajuizadas pelo escritório André Viz Advogados & Associados, inclusive aqueles que estavam na ação da 9ª Vara, poderão verificar sua situação consultando o site do SINTUFRJ.

Para informações complementares, os interessados deverão comparecer pessoalmente aos plantões na sede do SINTUFRJ, que são realizados as segundas-feiras, das 10h às 13h.

## Ação da 29ª Vara Federal

Os processo ainda se encontra com o juiz para análise da petição e dos documentos apresentados pela Caixa Econômica Federal, cujo teor foi parcialmente antecipado no encarte especial jurídico que acompanhou a edição nº 884 do Jornal do SINTUFRJ.

Os servidores beneficiários devem aguardar novas informações ou contato para a adoção de providências necessárias.

## Novas Ações dos expurgos do FGTS

Os interessados que porventura ainda não tenham sido beneficiados com a recomposição das contas do FGTS, quer pela ação da 29ª Vara Federal, quer por ações individuais e que ainda não compareceram ao SINTUFRJ para participar de novas ações e que possuem o interesse em reivindicar o direito, poderão se dirigir ao Sindicato para a assinatura de procuração e entrega dos documentos necessários para novas ações.

As ações judiciais estão sendo propostas em grupos de dez autores. Conforme já noticiado, persiste o entendimento de alguns juízes, em algumas ações, de determinação de redução do número de participantes com o fracionamento do grupo em outras ações judiciais e, igualmente, em outras medidas judiciais, o declínio de sua competência para um dos Juizados Especiais Federais, por entender que estes é que devem processar e julgar essas ações, havendo, conseqüentemente, atraso no andamento das ações, cujas providências pertinentes já estão sendo adotadas para agilizar os processos.

Existem ações ainda em elaboração e tão logo sejam distribuídas, haverá a devida publicação para ciência dos interessados.



# Processos em andamento

A seguir, em continuidade à matéria publicada no encarte especial jurídico do Jornal do SINTUFRJ, na edição 884, informamos o andamento dos processos.

Processo nº 2009.51.01.016206-0, da 7ª Vara Federal – Almerinda Garcia de Souza Luciano e outros

Em 5/11/2009 houve publicação no Diário Oficial de decisão determinando que a CEF proceda com o pagamento, aguardando-se pronunciamento da CEF a esta decisão.

Processo nº 2009.51.01.016205-8, da 7ª Vara Federal – Ilse Stenzel de Oliveira e outros

Em 5/11/2009 houve publicação no Diário Oficial de decisão determinando que a CEF proceda com o pagamento, aguardando-se pronunciamento da CEF a esta decisão.

Processo nº 2009.51.01.016204-6, da 21ª Vara Federal – Ilma Christina Pinheiro e outros

A CEF apresentou contestação e o processo está no gabinete do juiz desde 2/9/2009 para despacho.

Processo nº 2009.51.01.016202-2, da 8ª Vara Federal – Bernardo José de Araújo Mascarenhas e outros

No gabinete do juiz desde 26/10/2009 para análise do pedido de reconsideração da decisão que determinou a remessa do processo para um dos Juizados Especiais Federais.

Processo nº 51.01.016437-7, da 30ª Vara Federal – Crellir Monteiro de Souza e outros

A CEF foi intimada a apresentar contestação iniciando o prazo em 13/11/2009. Processo aguardando decisão de recurso no Tribunal em virtude de entendimento do juiz de necessidade de distribuição de processos no local de residência de alguns autores.

Processo nº 2009.51.01.016200-9, da 7ª Vara Federal – Irani Nemezio e Brantes e outros

Processo no gabinete do juiz para sentença desde 5/11/2009.

Processo nº 2009.51.01.016201-0, da 8ª Vara Federal – Marilene Ferreira dos Santos e outros

Processo aguardando remessa para o gabinete do juiz para análise do pedido de reconsideração da decisão que determinou a remessa do processo para um dos Juizados Especiais Federais.

Processo nº 2009.51.01.016199-6, da 20ª Vara Federal – Sérgio Silva de Souza e outros

Conforme última notícia, foi determinada a redução do número dos participantes aos cinco primeiros autores, prosseguindo a ação com relação aos autores: Sérgio Silva de Souza, Eli Figueiredo Santos, Ruth Léia Pereira, Wander Ribeiro de Abreu e Ary Barra Tavares. Processo aguardando decisão para a citação da CEF para apresentar contestação.

Com relação aos autores Airlton de Andrade, Yedo Candido do Sacramento, Aldacir Dias Lopes Angelucci, Edna dos Anjos Abreu e Fernando Alberto Alves Pedrosa, foram retirados do processo os respectivos documentos, inclusive procurações para a distribuição de nova ação judicial. Estes beneficiários devem aguardar a informação do novo número do processo e respectiva Vara.

Processo nº 2009.51.01.016198-4, da 30ª Vara Federal – Marlene Nunes de Oliveira e outros

Processo aguardando decisão de recurso no Tribunal em virtude de entendimento do juiz de necessidade de distribuição de processos no local de residência de alguns autores.

Processo nº 2009.51.01.016197-2, da 3ª Vara Federal – Uilson Adriano Alves e outros

Foi determinada pelo juiz a verificação da existência de processo idêntico, o que não se confirmou. Processo aguardando a expedição de mandado para citação da CEF para apresentar contestação.

Processo nº 2009.51.01.016436-5, da 16ª Vara Federal – Celina Brandão Antunes e outros

Conforme última notícia, foi determinada a redução do número dos participantes, tendo sido interposto recurso perante o Tribunal Regional Federal, que ainda pende de julgamento final.

Processo nº 2009.51.01.016435-3, da 14ª Vara Federal – Deize Maria de Menezes Santos e outros

Processo no gabinete do juiz desde 16/10/09 para decisão.

Processo nº 2009.51.01.016434-1, da 5ª Vara Federal – Norma Cirilo Vieira e outros

Conforme noticiado, foi determinada a redução do número dos participantes aos seis primeiros autores, a saber: Norma Cirilo Vieira, Filomena Soares Pereira da Rocha, Valdir Roque, Moisés Ferreira de Paula, Martha Maria Turano Duarte e Marilene Rocha Marques. O processo foi remetido para o setor de redistribuição e está aguardando despacho para determinar a citação da CEF para apresentar contestação.

Com relação aos demais, foi redistribuído o feito para a mesma 5ª Vara Federal conforme a seguir é noticiado.

Processo nº 2009.51.01.022135-0, da 5ª Vara Federal – Maria de Lourdes Fragoso Cavalcante da Rocha e outros

Autores desta ação: Maria de Lourdes Fragoso Cavalcante da Rocha, Luzia Maciel de Castro, Itamar Castro Leal, Denise Porto de Almeida e Angela Maria de Araujo

Em decorrência da decisão do juiz da 5ª Vara Federal este processo foi distribuído por dependência ao processo nº 2009.51.01.016434-1. Processo aguardando despacho determinando a citação da CEF para apresentar contestação.

Processo nº 2009.51.01.016433-0, da 11ª Vara Federal – Wilma Felicíssima Meyer e Barros e outros

Publicação em 16/11/2009 com decisão não acolhendo o recurso e determinando a redistribuição e o prosseguimento da ação perante um dos Juizados Especiais Federais. Processo aguardando remessa para o setor de redistribuição.

Processo nº 2009.51.01.016432-8, da 5ª Vara Federal – Agostinho Gomes Dias e outros

Conforme última notícia foi determinada a redução do número dos participantes aos seis primeiros autores, prosseguindo a ação com relação aos autores: Agostinho Gomes Dias, Antonio Cesar Alves, Sheila Barbosa Leão, Selma Baía Ferreira, Carmen Lucia dos Santos Ferreira e Vera Lucia Valente de Carvalho. Aguardando decisão para a citação da CEF para apresentar contestação.

Com relação aos demais foi redistribuído o feito para a mesma 5ª Vara Federal, conforme a seguir é noticiado.

Processo nº 2009.51.01.022136-1, da 5ª Vara Federal – Gláucia Miranda Pinheiro e outros

Autores desta ação: Gláucia Miranda Pinheiro, Ronaldo Pinto de Luma, Guilhermina Telles, Eliane Carneiro Mendes e Cristina Andrade de Lemos Cordeiro. Foram retirados do processo os respectivos documentos, inclusive procurações para a distribuição de nova ação judicial. Os beneficiários devem aguardar a informação do novo número do processo e respectiva Vara.

Em decorrência da decisão do juiz da 5ª Vara Federal, o processo foi distribuído por dependência ao processo nº 2009.51.01.016432-8. Processo aguardando despacho determinando a citação da CEF para apresentar contestação.

Processos em andamento



## EDUCAÇÃO

# SINTUFRJ confirma participação na Conae

## Dirigente do Sindicato e uma militante de base são eleitos na etapa estadual delegados à nacional

As etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Educação (Conae) a ser realizada em abril de 2010 culminaram com os encontros estaduais em todo o país no mês de novembro. No Rio de Janeiro, mais de 500 delegados participaram desta última etapa de 27 a 29 de novembro, no Colégio Pedro II, em São Cristóvão.

Dez técnicos-administrativos da UFRJ participaram da etapa estadual. O coordenador de Comunicação da entidade, Nivaldo Holmes, e a militante Ana Maria Ribeiro representarão a categoria na Conferência Nacional de Educação. Eles foram eleitos delegados titulares, e na condição de suplentes, o coordenador-geral do Sindicato, Jonhson Braz, e Aroldo de Jesus.

Segundo Ana Maria e Nivaldo, apesar de tumultuada, a etapa estadual manteve as diretrizes já definidas no documento-base e incorporou as emendas apresentadas. Haverá ainda uma reunião para sistematizar as emendas aprovadas em plenário e também as que foram apresentadas, pois não houve tempo para debate na plenária final.

### Sindicato preparou a categoria para a Conae

O objetivo da Conae é elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) com as propostas dos setores da educação pública e particular, sociedade civil organizada, estudantes e profissionais de educação, servidores de escolas e universidades e agentes públicos. O SINTUFRJ e a UFRJ participaram efetivamente de todas as etapas preparatórias à Conferência em abril.

Paralelamente aos encontros preparatórios para a Conae, houve seis encontros regionais promovidos pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com o Conselho Nacional de Educação, a Conae e com os poderes Executivo e Legislativo Estaduais. Tais encontros foram denominados "Mais dez - o Legislativo e a sociedade construindo juntos o Plano Nacional de Educação", tendo como objetivo o debate sobre o sistema de educação brasileiro. Os coordenadores do SINTUFRJ Jonhson Braz, Nilce Corrêa, Dulce Lima e Roberto Gomes participaram desses encontros.

Nas reuniões promovidas pelo

## Opiniões dos dois delegados à Conae

O coordenador de Comunicação do SINTUFRJ, Nivaldo Holmes, revelou as deficiências da conferência estadual. Para o sindicalista, a forma como foi organizado o debate durante os três dias não foi positiva e acabou prejudicando a discussão dos eixos temáticos. Ele deu o exemplo do grupo que discutiu o eixo quatro, do qual fazia parte com mais de 200 pessoas. "Foi uma verdadeira babel", disse. Mesmo com todos os problemas, ele destacou a participação do SINTUFRJ, mas lamentou o prejuízo em relação às propostas dos movimentos sociais:

"O que foi proposto pela Fasubra e com o empenho do SINTUFRJ através dos delegados técnico-administrativos conseguimos garantir que fosse debatido e as propostas constarão do documento estadual que será levado à conferência nacional. Lamento que o debate sobre a política dos movimentos sociais não tenha sido levado até o fim em nenhuma etapa. Na conferência estadual ficou por último e acabou mais uma vez sendo prejudicada.

Na composição sindical houve alteração e os representantes do movimento social serão indicados por Brasília. Para mim isso é ruim, pois acaba afastando os movimentos sociais da discussão. A participação do SINTUFRJ foi intensa, mas ficou prejudicada pela sistematização da organização. A maioria dos delegados estava mais preocupada com a carreira do que com a discussão

GT-Educação do SINTUFRJ, preparatórias para as etapas da Conae, foram trabalhados os conteúdos do movimento reunidos no projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores. Seminários, debates e palestras organizados pelo grupo de trabalho do Sindicato cumpriram a tarefa de afinar a intervenção da categoria para garantir que a inserção das propostas dos técnicos-administrativos em educação das Ifes constem do documento final da Conferência.



Nivaldo Holmes

da educação em si. Isso ficou visível. Em relação à conferência nacional, iremos tentar garantir nossas propostas para a universidade cidadã dos trabalhadores, como também iremos provocar o debate sobre a importância da ascensão funcional. É uma bandeira que não é só nossa", sinalizou Nivaldo.



Jonhson Braz

Na visão do coordenador-geral do SINTUFRJ, Jonhson Braz, a etapa estadual da Conferência Nacional de Educação cumpriu seu papel de reunir as propostas aprovadas nas conferências municipais e intermunicipais do Estado Rio de Janeiro para serem encaminhadas à etapa nacional.

Fotos: Cicero Rabello

"Participaram do evento cerca de mil delegados de todas as partes do estado, mas, lamentavelmente, a discussão dos eixos temáticos foi prejudicada em razão de falhas na organização, que não conseguiu sistematizar todas as emendas aprovadas nos encontros antecedentes e, sobretudo, devido à dificuldade dos diversos segmentos em se fazer representar por seus pares, na conferência. Com o clima de disputa ideológica, os delegados inscritos para discutir os eixos não cogitaram em dividir-se em grupos menores para aproveitar o tempo e debater todas as propostas. A continuar assim na etapa nacional será mantido o texto-referência que, ao meu ver, contempla muitas das reivindicações históricas do movimento. É preciso avançar no que diz respeito à gestão democrática da educação para garantir a paridade entre os três segmentos em todas as instâncias de decisão nas Ifes e eleições diretas e paritárias nas escolas em geral, assim como a escola em tempo integral e a efetiva autonomia administrativa e financeira das universidades públicas.

Esperamos que ao menos na etapa de preparação do texto final da Conae, em Brasília, os delegados tenham a sabedoria de subdividirem-se em grupos menores nos eixos temáticos para garantir a discussão completa do texto-referência. Fica a sugestão para os dois delegados do SINTUFRJ que participarão da etapa nacional", afirmou o dirigente.

## Da Conae sai o PNE

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelecerá princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias políticas na área da Educação, no Brasil, tanto para o ensino fundamental e médio como para o superior, por um período de dez anos, será aprovado na Conae, em abril de 2010.

No dia 10 de dezembro, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realiza em Brasília encontro nacional para apre-

sentar a sistematização de todas as contribuições relacionadas nos encontros regionais rumo à Conae.

A Fasubra e suas entidades de base participaram ativamente dos debates, seminários e encontros realizados até novembro, preparatórios à Conae. O SINTUFRJ foi um dos sindicatos filiados à Federação que investiram fortemente na participação eficaz da categoria em todas as etapas da Coane.



**UFRJ**

# Todos os estacionamentos nos campi serão licitados

O uso irregular dos espaços físicos, e sem retorno financeiro à instituição, está na mira do MP.

A licitação para exploração de estacionamentos na UFRJ, iniciada no Centro Tecnológico (CT), pode se estender aos demais Centros. Atualmente, a maioria dos estacionamentos na Cidade Universitária funciona informalmente, e foi por isso que a Reitoria formou uma comissão para estudar uma forma de regularizar a situação.

O Jornal do SINTUFRJ está atento à questão e tem publicado matérias informando as condições de funcionamento dos estacionamentos no campus do Fundão. Já tratamos do estacionamento do CT,

CCMN, CCS e Reitoria. Para esta edição verificamos os estacionamentos do IPPMG, da Faculdade de Letras e do HUCFF.

## IPPMG

No IPPMG, por exemplo, há dois estacionamentos: um no pátio interno para 193 veículos e outro em frente ao prédio, com 32 vagas. O período único custa R\$ 1,50. Segundo a diretora administrativa, Claudia Lopes, a unidade não recebe qualquer contrapartida pela cessão da área.

O diretor do IPPMG, Marcelo Land, acrescentou que “aguarda posição sobre a relação com permissionários nos campos, e

que o IPPMG não tem funcionários controlando estacionamento, até porque não tem pessoal para tal”, e sempre deixou explícito que não pode se responsabilizar por qualquer coisa relacionada a isso.

## Letras

No estacionamento em frente à Faculdade de Letras são 86 vagas. É franqueado para professores e técnicos-administrativos da unidade e a pessoas portadoras de deficiência física. Aos demais é cobrado R\$ 1 pelo período único.

No caso da Letras, os permissionários pagam uma taxa, porém não para a unidade, mas para a

Administração Central, como explicou o diretor adjunto de Planejamento e Área Financeira da Faculdade, Nilo Sérgio Simões.

## HUCFF

Segundo a diretora da Divisão de Atividades Gerenciais do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Ângela Vilas Boas, os estacionamentos em torno não são administrados pela unidade. Custa R\$ 1 ou R\$ 2 o período, e que não há nenhum repasse financeiro ou contrato. “O que temos são vagas dentro do estacionamento conhecido como Poirão para diretores e coordenadores”, informou Ângela.



IPPMG: Dois estacionamentos pagos, mas a unidade que cede a área não recebe nada

Fotos: Cicero Rabello



LETRAS: Servidores e portadores de deficiência física não pagam



HUCFF: Não administra os estacionamentos

## Lentidão no CT

Segundo Levi, o processo licitatório no CT atrasou por “demandas de garantia do total atendimento às regras da licitação pública – a Procuradoria é muito ciosa destas questões e vai colocando exigências aqui e acolá e esse processo acaba tendo prazo de realização alongado.”

Para o pró-reitor, o que ocorre é herança da relação informal: “Cada Centro ou complexo de prédios onde tem uma área de estacionamento agregada adotou uma estratégia própria para viabilizar o uso e garantir alguma segurança e conviver com alguns problemas do cotidiano. Mas há necessidade de formalização mais rigorosa.”

Segundo ele, a mesma situação afeta outros setores de serviço no campus, para os quais a Reitoria também quer buscar regularização.

## Dimensão do problema

Elcio Carlos Gomes, diretor da Divisão de Gestão Patrimonial da UFRJ, confirma que apenas o estacionamento da Faculdade de Letras paga à Reitoria, através da Guia de Recolhimento Único, R\$ 300 por mês. Os do HU e do IPPMG não repassam nada. Ele reconhece que o valor pago é irrisório, mas garante que está sendo feito um estudo sobre a situação das permissionárias para que uma empresa especializada determine o valor correto.

Há situações, disse, em que os contratos estão “caducando” ou precisam ser renovados. “Estamos fazendo um trabalho para a renovação ou para a licitação”, informou. Segundo Elcio, a UFRJ tem muitas permissionárias e uma comissão de avaliação (designada pela Reitoria com servidores da PR-3, EG-6 e Prefeitura) está fazendo levantamento minucioso para conhecer a situação de cada unidade. O trabalho, em fase de conclusão no Fundão, será estendido à Praia Vermelha.

O relatório final da comissão será enviado aos diretores de unidades e decanos informando a real situação de cada Centro para que se estudem alternativas como a licitação ou desocupação dos espaços, se necessário, para atividades acadêmicas, garantiu Elcio.

## Reitoria quer regularizar

O pró-reitor de Patrimônio, Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, disse que o esforço de realizar a licitação, primeiramente nos estacionamentos do Centro de Tecnologia, “é uma tentativa de organizar algo que há muito tempo funciona de ma-

neira bastante informal, e que a ideia é ganhar o efetivo controle e regularizar essa relação.”

Ele disse que pretende estender a experiência do CT, e que não é uma questão de querer, mas de ser obrigado a isso. “Estamos sendo cobrados por ações do Mi-

nistério Público a tomar providência para promover a regularização”, disse, acrescentando que “a gente está buscando apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro e da CET-Rio, que tem organizado a regularização de áreas de estacionamento da cidade, para produzir nossas

soluções internas. A cobrança me parece inevitável, e a contrapartida será garantir a segurança por força dessa relação de serviço. Isso terá que ser devidamente contemplado no contrato de exploração de concessão”, anunciou.



# Agressões psicológicas e ameaças veladas continuam impunes

Estes e outros aspectos da violência doméstica foram discutidos no debate realizado pela ITCP

Quais foram os avanços e entraves no combate à violência doméstica contra a mulher no Brasil? Esse foi o foco do debate promovido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Coppe para marcar o Dia Internacional pela Não Violência contra a Mulher, 25 de novembro, e que integra a campanha Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Esta foi a segunda vez em que a Incubadora reuniu um naipe de profissionais de peso para discutir especificamente o tema Violência Doméstica, Mulher e Políticas Sociais. Segundo a coordenadora do evento, Lúcia Lambert, o encontro é organizado anualmente em parceria com a Rede Mulher de Educação, uma organização não governamental que propõe a interconexão entre grupos e mulheres de todo o país em redes de serviços em educação popular feminista.

Lúcia informou que as atividades do Fundo de Pequenas Iniciativas pela Não-Violência contra a Mulher vem sendo realizadas desde 2004 em diferentes cidades das regiões brasileiras, e “contribuem para a capacitação e informação dos mais diferentes agentes na luta pela diminuição dos trágicos índices dessa problemática. São 17 projetos no Brasil, e a ITCP já há dois anos integra essas atividades”.

## Violência psicológica

No debate, Cecília Soares, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e do Conselho Estadual dos Direitos da

Mulher (Cedim), abordou a violência psicológica na relação conjugal. Ela pesquisou casos de mulheres que superaram a violência nas suas relações, acrescentando que o Brasil assinou tratados e convenções que garantem os direitos das mulheres e que a Lei Maria da Penha definiu as várias formas de violência antes negligenciadas. Mas, segundo a estudiosa, nem mesmo a Lei Maria da Penha cria novos tipos penais para casos de violência psicológica, que causa dano emocional, e se manifesta por ameaças, perseguições e insultos. Ela argumenta que a violência psicológica é uma violência à saúde da mulher. Dos casos que estudou, há relatos como “ele me botava mais rasa que o chão” ou “doi mais que um tapa” e viu desde situações de depressão e tentativas de suicídio a exemplos de superação do velho clichê: “ruim com ele, pior sem ele”.

## Políticas públicas

Alessandra Balduino, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Belford Roxo, abordou a essencialidade do Terceiro Setor no complemento de ações governamentais e defendeu institutos como o Conselho Nacional de Direito da Mulher como instrumentos importantes para assegurar a participação e o controle social na conquista de políticas públicas para as mulheres.

Isadora Garcia, do Instituto Promundo, contou sobre o trabalho da ONG que desenvolve uma série de atividades para integrar homens e pais no trabalho de promoção da equidade de gênero e mudar a ótica de que “cuidar de criança não é assunto de homem”.

## Acolhimento humanizado

Regina Simões, do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (Iesc),

lembrou que os serviços de saúde têm importância fundamental na temática, porque são portas de entrada para a ajuda às vítimas de violência doméstica. Ela propõe que os profissionais que atuam no atendimento possam identificar entre as expressões de violência de gênero mais que olho roxo ou machucados, mas queixas psicossomáticas e outros aspectos como doenças sexualmente transmissíveis repetidas, doenças pélvicas inflamatórias, dor de cabeça crônica, prática de sexo desprotegido e outros sinais que nem sempre aparecem como resultado de violência doméstica.

Para Regina, é preciso sensibilizar os profissionais de saúde para superar o modelo que foca apenas o aspecto biológico e desconhece as demais dimensões da vida humana, chegando ao sistema que considera a integralidade, humanização, cuidado e acolhimento.

## Avanços na legislação

Martha Rocha, da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher, há 19 anos delegada, lembrou que o movimento de mulheres foi importante, porque ao se organizar, identificou que a violência também acontecia dentro de casa, encoberta por conceitos como “ele não sabe por que está batendo, mas ela sabe por que está apalhando” ou “ele bate, mas é um bom pai, caseiro”. E que é uma violência que não chega às estatísticas.

A delegada relacionou avanços na legislação que superaram situações como, por exemplo, a situação em que a mulher chegava à delegacia, ficava sabendo que o marido seria preso e era perguntada como iria sobreviver com a família, e se sentia envergonhada, como se fosse culpada pela lesão que sofreu. Por isso, disse Martha Rocha, a importância das delegacias especializadas implantadas há 23 anos.

Martha não acredita que a imputação do pagamento de cesta básica ao agressor possa resolver a situação. E citou casos em que o marido obriga a mulher a pagar e a entregar a cesta em seu lugar. Ela acha que é preciso pensar em alternativas mais eficazes de responsabilização do agressor, como serviços em creches ou hospitais, e caracterizou como mais um avanço a Lei Maria da Penha, que tipifica violência física, patrimonial, moral e sexual, mas acha que falta caracterizar aspectos como a violência psicológica e ameaças veladas.



## Dados no mundo e no Brasil que chocam

“Entre marido e mulher, ninguém mete a colher”... Será mesmo? A denúncia de opressões vividas por mulheres no âmbito doméstico levou ao confronto das representações culturais e ideológicas que naturalizam o conceito de que a violência de homens contra mulheres é intrínseca à relação. Com os dados a seguir, Regina Simões demonstrou a gravidade da situação:

Em 24 países pesquisados, entre 20% e 75% das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual dos parceiros.

Estados Unidos e Canadá: 28% e 25% das mulheres, respectivamente, foram vítimas deste tipo de violência.

Nos Estados Unidos, uma em cada seis grávidas foi vítima de violência dos parceiros durante a gravidez; somente 2% dos casos de abuso de crianças dentro da família são denunciados e entre 1/5 e 1/7 das mulheres serão vítimas de estupro durante sua vida.

Na maioria dos países, incluindo o Brasil, o estupro pelo marido é um fenômeno que não existe legalmente.

### Custo Social

Dados do Banco Mundial (BID) e Fundação Perseu Abramo:

#### No mundo

Um em cada cinco dias de falta ao trabalho de uma mulher é decorrente da violência sofrida em casa. A cada cinco anos de violência doméstica a mulher perde um ano de expectativa de vida.

Uma mulher agredida por seu companheiro em geral recebe salário inferior ao de uma trabalhadora que não é vítima da violência doméstica.

Na América Latina, a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres.

#### No Brasil

Estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, normalmente em seu lar, por uma pessoa com quem mantém relação afetiva.

Setenta por cento dos crimes contra a mulher acontecem em casa e o agressor é o marido ou companheiro.

A violência doméstica custa ao país cerca de 10,5% do seu PIB.